

RUI PEREIRA

PODER, TEATRALIZAÇÃO E “UBUESCO” NOS DISCURSOS ELEITORAIS “EXTRA-SISTEMA” – AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM PORTUGAL, 2016

INTRODUÇÃO

A 20 de janeiro de 2016 tiveram lugar as eleições presidenciais com maior número de candidatos na história da III República, iniciada em 1974. Dos dez candidatos, cinco apresentaram-se numa posição declaradamente “extra-sistema”, ora mais ora menos próxima de uma oratória antissistema. É destes discursos, dos seus protagonistas e respetivas possibilidades de significação política que se ocupa este texto.

ELEMENTOS DE CONTEXTO (1). DISCURSO E MÉTODO

Em termos de teoria aplicada e de método, adota-se a linha central definida por Laclau (2005, p. 92), da inseparabilidade entre discurso e praxis, segundo a qual, o “discurso constitui o terreno primário de constituição da objetividade enquanto tal. Não se entendendo, portanto, por ‘discurso’, algo de “essencialmente restringido às áreas da fala e da escrita”, mas, sim, uma noção mais ampla que abrange “qualquer elemento significativo”. Em idêntico sentido pronuncia-se Teun van Dijk, ao relacionar, como assinala Barriga (2009, p. 40), “as estruturas do discurso com as estruturas sociais (...) e os seus utilizadores membros de comunidades, (...) que falam, escrevem e compreendem a partir de uma posição social específica”. Nestes tipos de teorização sobre o discurso, nomeadamente sobre o discurso político, as suas produções e receções configuram uma noção de ideologia, no sentido que lhe atribui Fairclough:

As ideologias tornam-se senso comum ideológico na medida em que se naturalizam os tipos de discurso que lhes dão corpo. [...]o senso comum, na sua dimensão ideológica, é ele próprio um efeito de poder. O que acaba por

tornar-se senso comum é, então, em larga medida determinado por quem exerce o poder e a dominação numa sociedade [...] a ideologia opera através da ocultação da sua natureza, fingindo ser o que não é. (Fairclough, 1992, p. 92)

Serão, pois, estes efeitos ideológicos dissipados que “organizam primariamente as categorias convencionais que definem a forma ‘plenamente’ canónica de um discurso socialmente válido” (van Dijk, 1999, p. 31).

ELEMENTOS DE CONTEXTO (2). *LAUDATIO*: A TEORIA POLÍTICA E O PRESIDENTE

Qualquer regime por político produz, por inerência, a sua positividade sob uma forma geral que pode designar-se por autoelogio institucional e instituinte. A *laudatio* institucional e oficiosa da III República, no que à Presidência respeita, glosa-se incessantemente em torno do papel homeostático dos mecanismos ditos “semipresidencialistas”. O panegírico do regime “semipresidencialista” oblitera, porém, a problemática que o envolve (Lucena, 1996), produzindo descrições como as da “sábua composição de poderes”, em relação aos quais a figura do Presidente da República (PR) é, constitucionalmente, “uma das ‘chaves de segurança’ do sistema” Martins (1991, pp. 50-51), permitindo (Reis, 2007, pp. 24-25) “assegurar a estabilidade das instituições”.

O PR exerceu, no entanto, por seis vezes, o poder constitucional de dissolução do parlamento (no jargão político-mediático, “a bomba atómica presidencial”), uma das quais (Sampaio 2004), em situação de maioria parlamentar, “por não acreditar na capacidade do primeiro-ministro” (Reis, 2007, p. 27), encetando, então, uma polémica tão estridente quanto inconsequente para a reflexão sobre o sistema político por todos (Reis, 2007; Santana Lopes, 2006, 2013).

Praticamente só no debate académico esta *laudatio*, ou idílica narrativa semipresidencialista, tende a ser problematizada. Observa Lucena (1996, p. 840), comentando a obra seminal de Maurice Duverger (1979) sobre esse tipo de regime, que as suas flutuações mais sugerem uma distinção de natureza do que uma diferença de grau:

Duverger obtêm várias espécies de presidentes: [...] os verdadeiros monarcas republicanos [...] a outros acha-os, mais modestamente, «diarcas» [...] a outros vê-os como presidentes-árbitros [...] [...] e de outros, enfim, diz que fazem figura de presidentes-símbolos, [...] hipóteses em

que, bem vistas as coisas, o semipresidencialismo se torna muito parlamentar. (Lucena, 1996, p. 840)

Não se trata, neste introito, de apurar a razão politológica das críticas, entre outros, de Lucena (1996, p. 836, 843), aos “maus discípulos de Kelsen”, que “pretenderão encerrar em normas escritas a essência das realidades políticas”. Mas sim de anotar como o discurso institucionalista omite os seus veios problemáticos, substituídos por um procedimento ideológico.

ELEMENTOS DE CONTEXTO (3). O PRESIDENTE, O “OBSEQUIUM” E O “THEATRUM”

Na realidade e a despeito das restrições dos poderes presidenciais, em especial a partir da revisão constitucional de 1982, o PR continua, em Portugal, a ostentar esse traço semipresidencialista fundamental (Lucena 1996, p. 852), segundo o qual “o direito de dissolução não costuma ter como contrapartida o direito de destituição dos presidentes pelos parlamentos”. Com efeito, não existe em Portugal norma constitucional alguma que preveja quaisquer mecanismos de destituição do PR (Constituição, artºs 130 e 131).

Por outro lado, pela sua omissão sistemática no discurso institucionalista, dá-se como indiscutível o facto de o PR “se encontrar investido de uma representatividade idêntica à do parlamento”, por ser eleito através do sufrágio direto. Ora, é isto precisamente que Duverger discute, ao dizer que “o presidente é menos representativo do que o parlamento, porque ‘só exprime uma parte do povo, a que votou por ele’, ao passo que o conjunto dos deputados representa a totalidade desse mesmo povo”, (Lucena, 1996, p. 850).

Ou seja, a conversão do *slogan* eleitoral de Ramalho Eanes em 1976, “Presidente de todos os portugueses”, em consigna de regime, que exclui de todo o debate a figura presidencial, constitui, por si só, uma operação discursiva sinedocal e metonímica com profundos efeitos ideológicos que remetem diretamente para a figura do “*obsequium*”. Menciona-os Pierre Bourdieu (2014, p. 62) enquanto “atos obsequiosos que encerram um respeito puro da ordem simbólica que os agentes sociais de uma sociedade até os mais críticos [...] atribuem, e isso tanto mais quanto o fazem sem o saber, à ordem estabelecida”.

¹ Presidência da República Portuguesa (sítio oficial): “António Ramalho Eanes” (sp). Retirado de <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=24>

A ser assim, a figura do PR na III República não é um elemento político estabilizador (nem desestabilizador) do regime pela sua natureza ou desempenho, ao contrário do que o discurso institucionalista prediz, mas antes a evocação e inculcação de um *locus* simbólico onde a busca de legitimação do poder constituído tenta encontrar um argumento acima de qualquer discussão. Diz-se “inculcação” porque como assinala ainda Bourdieu (2014, p. 64) “os efeitos do *obsequium* oficial [...] desempenham um papel considerável, uma vez que agem sobre o oficial inscrito nas mentes”.

A reverencialidade do tratamento do “Sr. Presidente” e o *obsequium* que o envolve, exprimem e inscrevem, por seu lado, a sua figura na “relação entre o oficial e o teatro”, sendo o *theatrum*

aquilo [...] que se dá em espetáculo” (Bourdieu, 2014, p. 82). “Ainda que haja uma contradição extraordinária nessa performance [...] teatral da verdade oficial, esta verdade oficial não deixa de ter eficácia. [...] há uma eficácia real do simbólico [...] apesar de todas essas manifestações simbólicas serem apenas votos pios e votos de hipocrisia, enquanto tais funcionam. (Bourdieu, 2014, p. 52)

Para se perceber a interligação entre ambas as figuras, bastará pensar os modos pelos quais são introduzidas as alocações oficiais do PR, sempre situadas na ordem da “Comunicação de S. Exa. o Presidente da República” (*theatrum*), e as modalidades do tratamento que lhe são dispensadas nos posteriores programas de comentário nos canais dedicados ao entretenimento informativo. Aí, tanto as apreciações de adesão como as de desvinculação são quase invariavelmente pautadas pelo *obsequium* do trato, independentemente da posição do comentarista ou da banalidade ocasional do conteúdo a comentar.

Caída em relativo desuso em Portugal, a designação “Chefe de Estado” parece a que há de dizer esta relação entre *theatrum* e *obsequium* enquanto estratégias de legitimação do poder. Para o compreender necessário será pensar o “Estado”, nos termos que propõe Bourdieu (2014):

Um conjunto de recursos específicos que autorizam os seus detentores a dizerem o que é bom para o mundo social no seu todo, a enunciarem o oficial e a pronunciarem palavras que são, de facto, ordens, porque têm atrás delas a força do oficial [p. 59] [...]. O Estado [...] reforça um ponto de vista entre outros sobre o mundo social, que é o lugar de luta entre os pontos de vista. Diz desse ponto de vista que é [...] o ponto de vista dos pontos de vista, o ‘geométrico de todas as perspetivas’. É um efeito de divinização.

E para isso tem de dar a crer que ele próprio não é um ponto de vista [p. 53]. o Estado torna-se o banco central de capital simbólico [p. 316], dos instrumentos de produção de evidência [p. 527].

Nesta medida, a força política da figura do PR não lhe advém diretamente dos seus poderes constitucionais, nem sequer da conjuntura política, mas, mais profundamente, chega-lhe da sua condição de topo da grande maquinaria de produção social de “legitimidade” e de “obviedade” (López-Petit, 2010, p. 47), sendo o seu concreto *modus operandi* e porventura principal (porque estrutural) poder do PR o efeito de interferência e de produção de “agendamento” (no sentido de McCombs e Shaw) do, a cada momento, legitimamente dizível.

ELEMENTOS DE CONTEXTO (4). A GRAVITAS E A ENCENAÇÃO MAGNIFICADA

A “definição” constitucional do cargo (art.º 120º) dá-o nos seguintes termos: “o Presidente da República representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas”. O discurso público, e não exclusivamente em Portugal, designa-o como “o mais alto magistrado da Nação”. Acompanhando Márquez Rodríguez (2012), a palavra magistrado (do latim, *magistri*) “deriva de *magis* (mais) *estare* (estar de pé ou parado”, designando “aquele que se encontra situado mais alto (Rodrigues, s. d.). A história da palavra, que nem sempre a da prática política dos regimes, comporta assim uma *gravitas* própria, que sobreinverte, por definição, o cargo de PR do tal predicado de “geométral de todas as perspetivas”.

Esta topologia, no sentido de posição, age sobre o presente social, mas, sobretudo, tem efeitos sociopolíticos de temporalidade continuada. Ou seja, ao pertencer ao cargo por definição e ao seu ocupante por inerência, ela consagra o que poderia chamar-se um princípio de linhagem da função, que outorga ao PR, num sentido laico, a particularidade que Kantorowicz assinalou ao poder monárquico hereditário. A figura do Presidente adjetiva-se como um *double corps* invariante que supera a variação substantiva do nome próprio de quem a desempenha e que efetua a ligação entre a “cabeça” do corpo político e esse mesmo corpo amplo (plasmado em noções como as de nação ou povo). Como escreve Kantorowicz (1998 [1957], p. 193), “ao interpretar o Povo como uma *universitas* que nunca morre’, (...)

a perpetuação da cabeça, dessa forma, criava um novo conjunto de problemas e levava a novas ficções”.

O conjunto destas definições e ficções materializa um poder simbólico (Bourdieu, 1999, pp. 7-8) o qual, enquanto “poder de construção da realidade (...) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico”. A função pedagógica do próprio enunciado constitucional é apenas o primeiro nível de uma cadeia de “violência simbólica” (Bourdieu & Passeron, 2001, p. 4) que pode considerar-se numa dupla dimensão: a da acumulação de “capital simbólico” (Bourdieu, 1999, p. 145) e a da sua imposição. O traço de união entre os elos desta cadeia de sentido é a categoria da “legitimação”, no sentido de Luckmann (1987, p. 110), segundo o qual “todo o procedimento pelo qual algo que é, aparece como algo que devia ser, constitui um processo de legitimação”.

A sua contraparte é o exercício legiferante e fático que premeia a sua observância e pune a respetiva infração. Pelo prisma propriamente judicial, a detenção, ao abrigo do artigo 328º do Código Penal (crime de injúrias contra o PR), e posterior condenação a multa, de um cidadão, por insultos ao PR durante as celebrações do 10 de junho de 2013, constitui um exemplo do que aqui se diz. Mas, mais eloquentes são os termos em que a notícia ilustrativa do incidente se refere ao visado: “Multado em 1300 euros por insultar e mandar Cavaco trabalhar – Homem condenado por difamação” (*Público*, 6 de dezembro de 2013). Sublinhe-se, “homem” que não “cidadão”. Já a notícia da reação positiva do “homem” à desistência do processo pela Presidência, por ocasião do Natal de 2014, teve o condão de, trazendo a harmonia de volta, devolver também ao “homem”, a condição de cidadania: “Cidadão ‘muito satisfeito’ com perdão de Cavaco Silva” (*Jornal de Notícias*, 19 de dezembro de 2014)².

Completando o quadro de simbolização ideológica, esta última notícia destaca, logo no seu segundo parágrafo, a época em que é divulgado o “perdão” presidencial, ao citar o visado – que aqui ganha até direito a ser já tratado pelo seu nome próprio e apelido – sublinhando: “‘acima de tudo, e porque estamos numa quadra que também é propícia à amizade e à tranquilidade, é uma notícia que me assenta muito bem’, disse Carlos Costal [...] à agência Lusa”. O tríptico desta sequência é, ele mesmo, exuberante: de homem a cidadão e de cidadão a indivíduo, por um lado; por outro, a magnanimidade natalícia da nota presidencial; e, por fim, a sua difusão através da agência nacional de notícias, aqui recolhida por um dos diários

² Para uma atitude diferente de todos os envolvidos. *Público*. (2013, 2 de julho). PGR arquiva inquérito contra Sousa Tavares por chamar “palhaço” a Cavaco. Retirado de <https://www.publico.pt/sociedade/noticiamp-arquivou-processo-de-cavaco-contra-miguel-sousa-tavares-1598996>.

de maior expansão do país. Não são, pois, despidiendos, os efeitos de “divinização” de que fala Bourdieu.

A discursividade institucional em torno do PR pode, assim, ser vista à luz do que Balandier (1999, p. 19), chama a “teatrocracia” ou “regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos”. Para a antropologia política de Balandier, “todo o poder político consegue finalmente a subordinação através da teatralidade”. Por tal motivo, “[a]s manifestações do poder não se dão bem com a simplicidade. A grandiosidade ou a ostentação, o decoro ou o fausto, [...] caracteriza-os geralmente” (Balandier, 1999, p. 25).

ELEMENTOS DE CONTEXTO (5). O DUPLO CORPO DO DISCURSO

Uma nota dissonante emerge, contudo, na grande “formação discursiva” (Foucault, 2009, p. 43) em torno da figura do PR. Por entre a magnificação que reclama inteiras visibilização e transparência “democráticas”, espreita a ideia de uma “magistratura de influência” (Braga da Cruz, 1994, p. 237) e de um obrar político “de bastidor”, sempre aludido, mas nunca explicado.

Estas duas expressões, contraditórias na sua aparência, constituem, todavia, uma arquitetura una, detentora de uma coerência que, apesar de apenas implícita (ou talvez por isso mesmo), vem corroborar aquilo que parece contradizer. O Presidente, cume da expressão da “nação” e do “povo”, figura à qual cumpre defender as “essências” e a “transparência” do “regime democrático”, mas, e acima disso, a própria “soberania nacional”, i.e., a continuidade da nação, desempenhará, então, um conjunto de ações menos ou de todo não publicitáveis. Esta ideia remete para uma noção (“populista”) poluída da ação política, capaz de macular a vocação institucional do Presidente, tornado mais um agente da “politicagem” e da “intriga” (Linz citado em Lomba, 2011, p. 87).

E, todavia, não é essa a percepção dominante, bem pelo contrário. Atestam-no as invariáveis reeleições dos presidentes em exercício, bem como o facto de apenas um dos ocupantes do Palácio de Belém ter desempenhado e concluído o seu mandato com uma popularidade negativa nas sondagens (*Diário Digital*, 14 de março de 2012). O motivo salvífico da imagem presidencial ocasionalmente envolvida no “jogo sujo” dos bastidores parece apenas poder residir num predicado implícito que subjaz a esse corpo de discurso que lança o Presidente nas sombras da política: o peso, sempre evocado, da *Raison d’État*, usualmente expressa pelo truísmo da “estabilidade política”. É, pois, em seu nome que ocasionalmente o

Presidente tem mergulhar no lodo político, emergindo, todavia e sempre, incólume porque não o faz no seu interesse particular, mas sim no de uma razão superior, a tal *raison d'État* (Meinecke, 1983), sobre a qual, de resto, o público não tem elementos bastantes para poder ajuizar. Naturalmente que, para que assim possa ser, necessário se torna ignorar a advertência de Bobbio (2010, p. 19) segundo a qual “quem esteja um pouco familiarizado com a literatura da razão de Estado sabe quão grande é o lugar que nela ocupam a simulação e a dissimulação”.

Tal desconhecimento, seja real ou intencional, é sempre sistematicamente funcional, ao realizar a magia de superar a contradição que ele próprio se encarrega de enunciar, realizando a chave da produção de ideologia, i.e., transmutando o discurso ideológico em formulação de senso comum, através de um discurso institucional que, mesmo diante das eventuais falhas na atuação do Presidente concreto, possui na abstração da Presidência da República, como acima descrita, o seu último reduto de validação. Inscreve-se, pois, nesta lógica de produção de homeostasia a ideia de que o PR, é, independentemente de tudo o que aconteça, o *primum inter pares*, por definição imune à crítica, ou seja, assim eximido à única possibilidade que Bobbio (2010, p. 20) encontrava para enfrentar a potência e tentação da *Raison d'État*, “o poder da crítica pública” e a “licitude do dissídio”.

Comentando Sartori, Lucena (1996, pp. 884-885) enfatiza o papel da fórmula semipresidencialista na dispensa de “uma “drástica redução do pluralismo político” a qual, em quadros partidários complexos “seria perigoso impor” como “terapia de choque”. Para ambos, este tipo de regime permite ir gradualmente apagando a pluralidade, ao diminuir a conflitualidade parlamentar. Uma certa dose de metafísica da Presidência torna-se, no discurso institucionalista, o elemento funcional dessa operação. Em Portugal (embora não se lhe devendo inteiramente, como é evidente), os seus resultados são aferíveis pela síntese de António Reis (2007, pp. 27-28), que contabiliza os resultados dos “primeiros trinta anos” de “alternância democrática” no poder: O “PSD manteve-se como partido do governo durante dezanove anos e o PS durante treze” polarizando “atualmente cerca de 3/4 do eleitorado e de 85% dos mandatos parlamentares”. Por outras palavras, este modelo de um PR acima do bem e do mal tem, portanto, constituído objetivamente um dissolvente da conflitualidade mas, também, da própria pluralidade políticas. Enquanto a sua discursividade tem fornecido um substancial reforço ideológico a um regime e a um sistema políticos que souberam tornar-se imunes à crítica.

O TEXTO (1). DIMENSÕES DA CRÍTICA: “POPULISMO” E CATACRESE

A magnificência da função presidencial contrasta, deste modo, com a pretensão plebeia de dela se apossar, conforme sugerem os candidatos reivindicadamente “extra” ou antissistema. Concetualmente, estes podem ser definidos como candidatos que não oriundos de, nem apoiados em/ou por forças políticas instituídas, designadamente partidos com expressão parlamentar, reivindicam emergir da “sociedade civil”, em condições de “total independência” relativamente ao *establishment*, organizando em torno das suas propostas um discurso e uma intenção de rotura.

Possuidora de um arco discursivo próprio, uma tal lógica, a despeito das suas variações de linguagem, de temática e de enfoque, centra-se na detração do *establishment*. Do lado oposto, o discurso institucional reserva, contra aquele, uma oratória sumária também de detração que se organiza em torno da ideia central e acusatória de “populismo”. D’Eramo (2013, p. 7) sublinha a “repugnância com que políticos e comentaristas pronunciam as palavras ‘populismo’ e ‘populista’ é um traço recorrente da atual cena política”. Enquanto Laclau (2005, p. 10) situa na origem dessa repulsa as “discussões sobre a psicologia de massas do século XIX” cujos “traços eram vistos como um excesso inassimilável”. Percorrendo a genealogia do termo, chegar-se-á ainda às teorizações coevas sobre a loucura das revoluções e à sociologia de origem “policial” das “classes perigosas” (Zaffaroni, 2005, p. 142).

A dificuldade analítica dos debates sobre o “populismo” consiste no facto de que “entre uma totalização populista e uma outra institucionalista” a distinção reside não na articulação a que ambas procedem entre “equivalência” e “diferença”, pois tal distinção “está presente em ambos os casos”, mas sim em que “um discurso institucionalista é aquele que tenta fazer coincidir os limites da formação discursiva com os limites da comunidade”, enquanto o discurso “populista” aspira a criar uma divisão, um antagonismo o mais alargado e profundo possível no seio da própria comunidade, através da diferenciação entre base (dita “o povo”) e “poder”, as elites dominantes (Laclau, 2005, p. 107).

A noção de “totalização” há de aqui aplicar-se ao discurso político em geral e *máxime* ao discurso eleitoral, o qual assenta no que poderá chamar-se enunciados de generalização. Condicionado pela complexidade da vida social, pela aceleração da sua temporalidade e pela “contração do presente” (Rosa, 2011, p. 16) operada neste particular pela mediatização da produção e da receção da política, o discurso político atual sintetiza mais do que analisa e alude mais do que examina ou detalha. As suas estruturas

fundamentais organizam-se através de figuras como a metáfora, a comparação, o eufemismo, a hipérbole, a sinédoque, a metonímia ou ainda a catacrese e expressam-se fundamentalmente pela fórmula comunicacional do slogan. Proclamações de ordem institucionalista como “estabilidade política”, “regular funcionamento das instituições” ou, mais recentemente, uma Presidência “dos afetos”, para não designar senão algumas, são formuladas enquanto axiomas que, como uma petição de princípio, ao mesmo tempo que sugerem dispensar qualquer explicação, apelam a uma compreensão orientada que vá do seu sentido genérico para uma interpretação convergente, centrada simultaneamente na sua “razoabilidade” enquanto enunciados políticos e na sua “respeitabilidade” enquanto juízos morais.

Desse modo, o epíteto “populista” sugere, num discurso, uma degradação da própria racionalidade, a qual deve refletir a “irresponsabilidade”, a “ignorância” efetiva ou simulada daquilo a que se refere e, por consequência, uma ausência de lógica. Contra isto visa Laclau (2005, p. 10) sustentar que o “populismo”, mais do que uma falta lógica encena um conjunto de “lógicas específicas [...] inscritas no funcionamento real de todo o espaço comunitário”. Razão pela qual entende ainda Laclau (2010, p.32) ser necessário formular “uma série de perguntas mais básicas” visando saber se “a ‘vacuidade’ dos discursos populistas não é uma consequência, em algumas ocasiões, da vacuidade e indeterminação da própria realidade social”, ou se não haverá que admitir que “o facto de [o seu discurso] ser vago em determinadas situações [não será] condição para construir significados políticos relevantes”.

A operação de *labelling* (rotulagem) que outorga, assim, o epíteto de “populista” a um determinado discurso ou ator político resulta, não de considerações formais, mas sim de um tipo de discordância relativamente ao discurso hegemónico, ao procurar constituir nas bases da pirâmide social um destinatário sociopolítico, o qual deverá tornar-se num sujeito político próprio³.

Por outro lado, segundo vetor da lógica populista, de acordo com Laclau (2005, pp. 95-96), tal fratura consubstancia-se em enunciados de significante “vazio”, que são “deslocamentos retóricos” igualmente não específicos do “discurso populista”. A sua figura reitora é a catacrese, ou seja, “um termo figurativo que não pode ser substituído por outro, literal”

³ Ver, a este respeito: Notícias ao Minuto. (2016, 19 de maio). Tino de Rans vai criar um novo partido. Só faltam as assinaturas [...] Chama-se PA (Povo Acordar). Retirado de https://www.noticiasao minuto.com/politica/591561/tino-de-rans-vai-criar-um-novo-partido-so-faltam-as-assinaturas?utm_source=gekko&utm_medium=email&utm_campaign=afternoon.

(Laclau, 2005, p. 96)⁴. Um significante como “povo”, por exemplo, fornece uma ilustração suficiente desse deslocamento retórico, uma vez que se trata precisamente de construir um sujeito político e não de uma significação literal. As suas derivações, como “popular”, “populista” ou “populismo” não só possuem, por um lado, todas as características de deslocamento retórico, como encerram, ainda, as voláteis e sempre perigosas declinações políticas que Badiou (2002, p. 29) deteta em “qualquer substancialização de um adjetivo formal”, a exigência de um “predicado dominante”, concluindo que “logo que é afetado a uma substância formal (como é toda a derivação substantiva de um adjetivo formal), um predicado não consiste noutra coisa senão em dotar a forma de um conteúdo aparente”.

O TEXTO (2). DIMENSÕES DA CRÍTICA: O “UBUESCO”

Na história geral das eleições presidenciais da III República, entre os candidatos que nunca chegaram a sê-lo avulta o assim conhecido “Candidato Vieira”. Manuel João Vieira é um artista plástico, comediante e *performer* que há 12 anos, por ocasião das eleições para a PR, anuncia o seu projeto presidencial, assente em dois motes/promessa que se repetem: “dar um Ferrari a cada português” e, “se for eleito, demito-me” (*Público*, 7 de novembro de 2015). O seu “manifesto” para a candidatura em 2016, que de novo não consumaria “por falta de assinaturas”, redigido numa linguagem vernácula e sarcástica, ironiza com os significantes vazios dos lugares-comum da política eleitoral (“saúde saudável; honestidade honesta”, etc.). Um texto que pode ler-se enquanto elemento crítico ao “ubuesco” na política portuguesa.

Inscrito numa já longa tradição de “candidaturas *clown*” (Sá Lopes, 2015), o sublinhado caricatural do poder na categoria do “ubuesco” bebe nas páginas da peça de 1896, *Ubu Roy*, de Alfred Jarry, e assume funcionalmente nas nossas sociedades um papel que Foucault (2002, p. 15) teorizou, inscrevendo-o no “problema da infâmia da soberania” e do “soberano desqualificado”. Para Foucault (2002, p. 17), o “ubuesco” ou o “grotesco” aplicam-se mais ao poder do que à sua crítica, designando aqueles que detêm “por estatuto, efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los”. A soberania grotesca, diz Foucault, faz parte “dos mecanismos do poder” e é-lhe paradoxalmente funcional: “o poder político, pelo menos em certas sociedades, em todo caso na nossa” trata “de manifestar da

⁴ O exemplo tipo fornecido por Laclau (2005, p. 96) será a expressão “perna da cadeira”.

forma mais patente a incontornabilidade, a inevitabilidade do poder que pode precisamente funcionar com todo o seu rigor e na ponta extrema da sua racionalidade violenta, mesmo quando está nas mãos de alguém efetivamente desqualificado”.

Também muitas lógicas ditas de contrapoder assumem, pelo seu dogmatismo acrítico, uma carga entusiasmada e por vezes entusiástica de ubuesco. Pense-se em fenómenos como os dos brasileiros Tiririca (“Vote no Tiririca, pior do que está não fica”) ou Mário Jardel, candidato deputado estadual (“para se ‘ocupar’, sendo que se puder ser “compensado”, financeiramente falando, melhor”)⁵. No plano das oligarquias liberais europeias, o espetro eleitoral antissistema ou extra-sistema inclui nomes e forças políticas muito diversas, com implantações muito diferenciadas, mas tende, com relativa frequência, a atrair apoios de personalidades de vulto nas respetivas sociedades. Dario Fo apoiou Beppe Grillo na Itália e Coluche concitou, no seu tempo (1981), o entusiasmo de nomes da intelectualidade francesa como os de Guattari, Deleuze, Bourdieu ou Touraine.

Por outro lado, seja a expressão de massas de forças que parecem remeter para a primeira metade do século XX, ou de movimentos ligados já a um novo fluxo de tempo e às modalidades comunicacionais “integradas” (Debord, 1995) designadamente às redes internauticas (Hassan, 2004, pp. 105-115) todo este material político, facilmente sumariável sob a fórmula de “populismo”, parece querer dizer algo acerca das condições e das lógicas políticas em que emerge e se afirma. Dentre todo este vastíssimo conjunto, o caso de Silvio Berlusconi (“desestruturando a linguagem política tradicional e os códigos institucionais vigentes no país” (Donofrio, 2012, p. 4) consuma talvez a mais eloquente expressão do poder ‘ubuesco’ triunfante.

Fenómeno típico do “‘final da política’ e da destemporalização da história” nos termos dos processos de sociedades de “alta velocidade dessincronizada” analisados por Rosa (2011, pp. 34-35), da vídeo-sloganização como estratégia de não-pensamento (Reboul, 1986 [1980], p. 158) e daquilo que Hassan (2004 p. 52 e ss.) desenvolve enquanto alteração vertiginosa do *sensorium* humano, Berlusconi, que encontra à escala internacional um número notável de líderes epígonos, exprime talvez a superfície imediatamente visível de um conteúdo mais profundo. Ele obteve, e usou-a, a

⁵ Sobre “Tiririca”: *Notícias Terra*. (2013, 7 novembro). Com novo slogan, Tiririca anuncia permanência na política em 2014. Retirado de <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/com-novo-slogan-tiririca-anuncia-permanencia-na-politica-em-2014,43dc30e463332410VgnVCM5000009ccceboaRCRD.html>. Sobre Mário Jardel: *Move Notícias*. (2014, 4 outubro). Jardel candidata-se a deputado no Brasil e causa polémica em entrevista. Retirado de <http://www.movenoticias.com/2014/10/jardel-candidata-se-a-deputado-no-brasil-e-causa-polemica-em-entrevista/>.

oportunidade de casar as discursividades ditas “populistas” com as práticas e possibilidades do poder institucional do Estado (Mancini, 2011) numa época pós-caudillista. Com *il cavaliere*, observa ainda Donofrio (Mancini, 2011, p. 2) assistiu-se “à irrupção do vídeo-poder”, consumando na velha Europa os novos dados da política na idade da pura comunicação híper-tecnologizada.

O TEXTO (3). AS PRESIDENCIAIS DE 2016 E O ANTAGONISMO “PODER-MASSA”⁶

Nos antípodas deste triunfo do *tecno-ubuesco*, os “populismos” eleitorais portugueses mantêm-se residuais, eclipsando-se do mesmo modo que surgem. No caso das presidenciais, estas são, em regra, pouco participadas e pouco disputadas (com substanciais diferenças de votos entre presidente eleito e segundo candidato) tendo, em quatro décadas, conhecido uma única segunda volta (1986). Por outro lado, ao longo destes mesmos quarenta anos, a soma dos totais obtidos pelas 16 candidaturas extra-sistema político-parlamentar não chega a alcançar os dois milhões de votos (1.938.892, Tabela I), ou seja, um número de escrutínios inferior ao mínimo com o qual o PR menos votado foi eleito, Cavaco Silva, reeleição de 2011, com 2.231.956 votos.

ANO	CANDIDATOS			
1976	Pinheiro de Azevedo			
	692147 (14,37%)			
1980	Otelo S. Carvalho	Galvão de Melo	Pires Veloso	Aires Rodrigues
	85896 (1,49%)	48468 (0,84%)	45132 (0,78%)	12 745 (0, 22%)
1986	Lourdes Pintasilgo			
	418961 (7,38%)			
2001	Garcia Pereira			
	68900 (1,59%)			

⁶ Retoma-se aqui a distinção a que Canetti submeteu a sua analítica do poder, das elites e das massas. Cf. Canetti (2014).

	Garcia Pereira				
2006	23983 (0,44%)				
2011	Fernando Nobre	José Manuel Coelho	Defensor de Moura		
	593021 (14,07%)	189918 (4,51%)	67110 (1,59%)		
2016	Vitorino Silva	Paulo Morais	Henrique Neto	Jorge Sequeira	Cândido Ferreira
	152.374 (3,28%)	100.191 (2,16%)	39.163 (0,84%)	13 771 (0, 30%)	10585 (0,23%)

Tabela 1: Candidaturas exteriores aos aparelhos político-partidários parlamentares na III República

Fonte: A partir da informação disponibilizada pela Comissão Nacional de Eleições

Num esforço tipológico, poder-se-á pensar as candidaturas ditas extra ou antissistema de acordo com seis categorias:

1. As dissidências do espectro institucional civil ou militar (candidatos militares do pós-25 de Abril)
2. As oriundas de ou destinadas a áreas de relativa “orfandade” político-partidária (Pintasilgo e, num tempo psicopolítico diferente, Nobre)
3. As que corporizam dissidências no espectro dos partidos de poder (P. Morais ou H. Neto)
4. As oriundas de formações partidárias residuais embora com enraizamento ou passado histórico (A. Rodrigues ou G. Pereira)
5. As candidaturas de inspiração quási-regionais (D. de Moura ou C. Ferreira)
6. As candidaturas de “espontâneos” sem notoriedade política ou pessoal prévia (J. M. Coelho, J. Sequeira ou V. Silva).

Uma primeira grande divisão entre estes diferentes tipos de candidatos presidenciais é a existência ou não de projetos em condições de serem politicamente reconhecidos: Otelo, Pintasilgo, Nobre ou G. Pereira, por um lado; os demais, por outro.

Destes segundos, há os que, formando um primeiro subconjunto, mobilizaram uma linguagem institucionalista (dir-se-ia, um “populismo

institucional”, para formular os seus discursos de oposição: os militares das extremidades do arco político (Azevedo, Melo, Veloso, Otelo) e os candidatos de formações políticas enraizadas a que se juntam os de dissidência ou “orfandade” políticas (G. Pereira e A. Rodrigues ou Pintasilgo, Nobre, Morais e Neto). Um segundo subconjunto contém os “quáasi-regionais”, detentores de alguma notoriedade local/e ou autárquica e os espontâneos.

Um primeiro traço de união entre os seus discursos (ver Anexo: Tabela 2) é representado pelo elo constitutivo da “lógica populista”, ou seja, a articulação com maior ou menor sistematicidade e sequência de uma diferenciação/reivindicação (“demand”, Laclau, 2005, p.98) opositora/participativa dos de baixo contra os de cima (os eixos da contestação e da mobilização).

No primeiro e por todos, proclama Vitorino Silva:

É pela plebe que sou candidato. Em 872 anos da nossa história, a plebe foi sempre figurante. Nunca teve o papel principal. [...] Há muita gente que pensa que somos uns peixinhos, mas os peixinhos, se estiverem atentos, podem comer os tubarões. (Sá Lopes, 2015, s. p.)

Esta lógica discursiva identitária e de antagonismo organiza-se, por seu turno, em duas grandes modalidades, segundo o seu tempo político. A dos discursos e candidatos do tempo político tradicional, num primeiro ciclo (pautados pelas categorias de esquerda-direita e de revolução-contrarrevolução); enquanto, num segundo e mais recente momento, o dos tempos da “pós-política”, na aceção que lhe confere Zizek (2012 [2010], p. 11), ou do poder do “centrão” indistinto, no jargão político português, centrado na oposição “povo/classe política”.

Nas eleições de 2016, à semelhança aliás de outras, uma particularidade interessante da discursividade destes candidatos é, no plano formal, a distinção de linguagem entre o institucionalismo reivindicado por uns (Neto, Ferreira ou Morais) e os plebeísmos, usualmente polvilhados por metáforas discursivas oriundas do universo do futebol (especialmente, V. Silva). Uma passagem sua num debate televisivo distingue, em função do tratamento mediático e institucional que lhes é dispensado, entre os “os candidatos do pelado e os candidatos do relvado”, suscitando uma onda de gargalhadas juvenalianas na plateia (RTP, 19 de janeiro de 2016). Cabe, aliás, pensar no riso que envolve estas discursividades, quando são suficientemente conhecidos os seus efeitos “reprovadores” e “punitivos” (Bergson, 1991, pp. 88-89).

Os aspetos da cobertura jornalística relacionados com o elitismo e a notoriedade das suas fontes e com uma forte incidência no desprestígio dos candidatos “espontâneos” ou quási-regionais constituíram uma regularidade e geraram polémicas acesas sobre o modelo seletivo adotado nos debates televisivos. O *Observador*, por sua vez, não realizou entrevistas de fundo com estes. Já cada um dos outros candidatos foi solicitamente ouvido em extensas entrevistas. Mas é numa das suas colunas de “comentário editorial” que, citando um antigo líder do PSD, a fratura adquire plenitude, ao sublinhar Marques Mendes como alguns dos candidatos “não têm os mínimos exigíveis para exercer uma função tão importante. Isto é um sinal de que há desprestígio das instituições, nomeadamente da PR”. Encontrando Mendes, numa outra passagem, uma “desvalorização do cargo presidencial” no facto de que “qualquer um acha que pode lá chegar” (Novais, 2016).

Peça do mesmo teor, o inquérito dirigido pelo *Observador*, sob a entrada geral: “seis portugueses bem-sucedidos dizem ao Observador o que querem do Presidente” (Falcão, 2016). Simultaneamente, o jornal publicara uma destacada entrevista com Manuel João Vieira, o candidato que voltara a não o ser, mas cuja figura artística e presença espetacular-mediática o inserem num universo crítico “radical-chique” digno de ser entrevistado (Rodrigues, 2016). A linha de fratura “elite-plebe/massa” é, portanto, tão perceptível na discursividade de alguns candidatos do universo dito “populista” como simetricamente o é na discursividade institucional elitista em que os media se integram. A mescla, a um só tempo contrastante e complementar, entre a desprezibilidade das candidaturas “plebeias” e a simpatia convencional endereçada ao seu pitoresco, correspondem, por fim, a um padrão típico que Sloterdijk (2002, p. 27), tomando de Michels, aponta no discurso das elites sobre as massas e os seus signos, como o “[a]bsolutamente carlylico”, sublinhando como, à sua luz, “a massa como tal representa um pseudo-sujeito com o qual não se pode travar relações sem trazer à baila um elemento de desprezo e incluo a adulação como um desprezo invertido” (Sloterdijk, 2002, pp. 38-39).

O TEXTO (4). AS PRESIDENCIAIS DE 2016 E O ‘VAZIO’ PARTICIPATIVISTA

Quanto ao segundo eixo de vertebração das discursividades dos candidatos autoproclamadamente *outsiders*, o apelo à “participação política”, destaca-se, acima de tudo, que todos eles, sugerem ou explicitam tê-lo

como móbil de candidatura. O vetor quase monotemático do discurso de Paulo Morais que, centrado nas questões da “corrupção”, produz a nuance de uma fratura “populista” situada nos termos de uma crítica implícita a uma psicopolítica supostamente de natureza “patocrática” ou “ponerológica” (Lobaczewski, 2012 [1984]), em relação à elite política, não abandona, ainda assim, o apelo participativista.

Porém, nenhum dos candidatos explicita efetivamente o significado de uma tal “participação”, em cujo nome pretensamente fala. Ela oscila subentendidamente entre o apelo ao voto na respetiva candidatura e a ideia de H. Neto segundo cujo manifesto “pequenos passos de mudança no funcionamento do nosso sistema político constitui uma ilusão”, apelando assim a um quase desmantelamento de todo o sistema.

Num sentido mais amplo, mas também facilmente banalizável e banalizado, o termo “participação” designará, por antinomia, o intensamente propalado “desinteresse” do “povo” pela “política”, motivado pela “deceção política” (Neto ou Cândido), pela “corrupção” (P. Morais) ou pela “incompetência” (termo muito usado por J. Sequeira) da “classe política”.

Parece, no entanto, erróneo atribuir-se a vacuidade destas formulações ao caráter e estatuto dos seus enunciadores, como genericamente o faz o discurso do elitismo institucionalista. Erróneo porque fazê-lo corresponde a um evitamento da problemática, um falar do “populismo” como objeto em si, abstraído da vacuidade inerente às suas condições de possibilidade. Por outro lado, o falhanço mobilizador evidente destas candidaturas parece revelar como estas, à semelhança de outros fenómenos que afirmam a sua vocação “mobilizadora”, não apenas não têm conseguido evitar o afastamento entre “povo” e “política, como e mais do que isso, tais simulacros “participacionistas”, emblematizados por este tipo de ficções políticas, resultam funcionais ao sistema a que dizem opor-se. Em primeiro lugar porque o paupérrimo desfecho de todos eles tem inevitavelmente sugerido o reforço do que Talcott Parsons (citado em Miliband, 1977, II, p. 56) num eufemismo elegante chamava “um consenso nacional supra-partidário” baseado numa “solidariedade a alto nível”, para designar esse traço inamovível do dispositivo de oligarquia liberal de que Rufin (1995, pp. 19-20) apontou num paradoxo a sua característica fundamental: “o sistema tornou-se simplesmente independente do uso que os homens fazem da liberdade que ele próprio lhes faculta [...] nunca antes a liberdade humana fora tão grande. E nunca antes tivera tão pouco efeito sobre a organização social que a permite”.

Em conclusão, parece, pois, poder sustentar-se:

1. Que a multiplicação de candidaturas não representa um incremento de interesse cívico e de participação política.
2. Que os discursos mais ou menos clownescos de contestação se constituem implicitamente, e de facto, como reforços da matéria que visam criticar.
3. Que, e mais remotamente, se afigura que os efeitos de “hegemonia” do sistema de oligarquia liberal (Pereira, 2013) tem estreitado e enfraquecido os limites e o papel da própria crítica que contra eles possa dirigir-se, ao “recuperar” (Castoriadis, 1998, p. 99) também estas oposições em favor da sua própria tematização “democrática”.
4. Que a cobertura jornalística examinada tende a privilegiar o topos institucional, assim como o dos detentores de uma notoriedade mediática elitizada, constituindo, desse modo, um discurso de conformação mais do que de crítica ou mera problematização.

ANEXO⁷

PROPOSIÇÕES “VAZIAS”	PROPOSIÇÕES DE ROTURA POVO / ELITE
<p>Amo a Pátria Portuguesa e o povo a que pertença. Arbitrar com sensatez o jogo político e cumprir os seus deveres e a lei [...] Afirmar o primado da Justiça, sem medo de afrontar a corrupção. uma luta sem tréguas pela transparência e pela ética e contra o despesismo.</p> <p>Proteger os sistemas públicos de saúde e de segurança social e aprofundar os restantes direitos consignados na Constituição.</p> <p>Pugnar por uma Administração Pública amiga do cidadão e assente no mérito.</p> <p>Defender uma Escola Pública que esteja na primeira linha do combate pela promoção da juventude e contra a exclusão social e o acentuar das desigualdades.</p> <p>Apoiar a cultura, as artes e a ciência.</p> <p>Sensibilizar os portugueses para causas cívicas.</p> <p>Engrandecer o “mundo português” e reforçar o papel de Portugal no mundo.</p> <p>Proteger o tecido produtivo e também as reservas naturais. (CF)</p>	<p>Travar o poderio crescente da máquina tributária, da banca e dos oligopólios, suportado no apetite de um poder político que hoje se prepara para explorar a água. (CF)</p>

⁷ Iniciais: Cândido Ferreira (CF) <http://candidoferreira2016.pt/aspromessas/> Henrique Neto (HN) <http://www.henriquenetopresidente2016.pt/visao> Jorge Sequeira (JS) <http://www.jorgesequeirapresidente.pt/> Paulo Morais (PM) <http://www.paulodemorais2016.com/#!carta-do-candidato/c183m> Vitorino Silva (VS) <http://www.portugalcomtino.pt/>

<p>falo de uma NOVA REPÚBLICA, que relance a esperança nos cidadãos Em dez anos é possível transformar profundamente Portugal num país de progresso, Economicamente viável, orgulhoso do seu trajeto histórico e respeitado no plano internacional. Acredito na pedagogia do exemplo, na ética da responsabilidade e na honradez da esmagadora maioria dos portugueses. Projeto nacional claro de médio prazo, transparente e acessível a todos, que saiba antecipar os fenómenos globais e onde a política possa cumprir a sua parte com seriedade e sentido de responsabilidade perante os cidadãos. Significa apenas substituir as atitudes negativas de recriminação por uma atitude mais positiva e construtiva baseada na confiança no futuro de Portugal, que está ao nosso alcance, mas um futuro que exige um novo tipo de compromissos coletivos entre todos os sectores da sociedade. utilizarei até ao limite os poderes constitucionais e promoverei as mudanças necessárias no funcionamento de uma democracia responsável e amplamente participada. (HN)</p>	<p>Impreparação, egoísmo e também venalidade de uma parte importante da nossa classe política, que conta com o funcionamento do sistema político para se beneficiar a si própria e aos sectores mais privilegiados e protegidos da sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que utiliza a ação política para agradar ao eleitorado e anestesiá-lo com promessas não cumpridas. Já não há mais espaço para continuar a enganar os portugueses com promessa vãs, exigindo-se agora transparência sem limitações burocráticas, prestação de contas claras aos cidadãos e um combate duro e incansável à corrupção. (HN)</p>
<p>Esta candidatura pretende assumir-se como plataforma de cidadania participativa e apartidária, mas que não exclui a sensibilidade ideológica. (JS) Só a meritocracia poderá restaurar uma democracia, cuja representatividade está debilitada. (CS)</p>	<p>Não está demonstrada qualquer supremacia moral e intelectual, por parte de quem tem liderado o destino do nosso país. Por sua vez, a sociedade encontra-se repleta de pessoas extraordinárias que já deram provas inofismáveis da sua competência...(JS)</p>
<p>O meu percurso de vida andou sempre nos caminhos do interesse público e do combate à corrupção. [...] A integridade e a verticalidade, sempre princípios que valorizei...” (PM)</p>	<p>Porque sempre vi [...] o mal da corrupção a crescer e a minar o que poderia ser um espaço de desenvolvimento humano e social, procurei ao longo da minha vida denunciar, combater e atuar contra esse benefício de privados em detrimento do interesse de todos. (PM)</p>
<p>[ALEGRIA] uma sociedade alegre, será também uma sociedade mais feliz e mais saudável, com menos medicamentos, menos problemas. [...] A alegria não paga imposto por isso o meu conselho é plantem a alegria todos os dias. [...] [FUTURO] O futuro são os jovens e crianças, Temos que acarinhar os nossos jovens para que fiquem cá, connosco, e para que eles possam retribuir acarinhando-nos também [...] [INTERNET] “a internet acelerou a globalização para o bem e para o mal, o problema é que tudo se tornou imediato, instantâneo, sem controle [...] Tornámo-nos todos impacientes, ansiosos e selfhists. O meu conselho é que a par da internet temos que manter a relação de proximidade com as pessoas, este é o meu conselho. (VS)</p>	<p>A mentira pública dos nossos dirigentes não pode continuar a cair em saco roto, tem que ser criminalizada. Eu defendo a sinceridade por muito que nos custe admitir as nossas falhas e erros. Se nos querem tirar a dignidade o que fica? Quem somos? Por isso defendo que não podemos dizer que sim a tudo, não podemos dizer sim a políticos que nos mentiram e roubaram. Nós trabalhamos e contribuímos, damos dinheiro ao estado [...] Mas a finança e os mercados mandam em nós!!!! (VS)</p>

Tabela 2: Traços das lógicas “vazias” e “rupturistas” nas proposituras dos candidatos extra-sistema
Fonte: Elaboração própria a partir dos programas e manifestos dos 5 candidatos “extra-sistema”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assembleia da República Portuguesa (2005). *Constituição da República Portuguesa. VII Revisão constitucional*. Retirado de <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>
- Badiou, A. (2002). Considérations philosophiques sur quelques faits récents. *Lignes*, 2(8), 9-34. Retirado de www.cairn.info/revue-lignes1-2002-2-page-9.htm
- Balandier, G. (1999 [1992]). *O poder em cena*. Coimbra: Almedina.
- Barriga, A. (2009). Opinião, argumentação e persuasão no quadro de uma racionalidade sociológica – O “poder do discurso”. *Comunicação e Sociedade*, 16, 27-42. Retirado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29828/1/Revista_Comunicacao_e_Sociedade_16.pdf
- Bergson, H. (1991 [1899-1924]). *O riso*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Blanco de Morais, C. (1998 [1997]). As metamorfoses do semipresidencialismo Português. *Revista Jurídica*, 22, 141-159. Retirado de <https://drive.google.com/file/d/oB1zv7sFiSywaYWJiNzZjNzUtZDU2OCooNWeyLTkyMGQtZDliNDJkMDU5YWl5/view?ddrp=1&hl=en#>
- Bobbio N. (2010 [1981]). La crisis de la democracia y la lección de los clásicos. *Biblioteca Virtual Omegalfa* [eBook]. Retirado de <http://www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/la-crisis-de-la-democracia-y-la-leccion-de-los-clasicos.pdf>
- Bourdieu, P. & Passeron, J.C. (2001 [1974]). *La Reproducción. Elementos para una teoría del sistema de enseñanza, (Libro 1)*. España: Editorial Popular. Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales [eBook]. Retirado de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Bourdieu%20y%20Passeron.pdf>
- Bourdieu, P. (1999 [1989]). *O poder simbólico*. S. Paulo: Ed. Difel.
- Braga da Cruz, M. (1994). O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português. *Análise Social*, 29, 125-126; 237-265.
- Canetti, E. (2014 [1960]). *Massa e poder*. Lisboa: Cavalo de Ferro.
- Castoriadis, C. (1998 [1996]). *A ascensão da insignificância*. Lisboa: Ed. Bizâncio.
- Debord, G. (1995 [1988]). *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile.

- Diário Digital. (2012, 14 de março). Barómetro: Cavaco obtém pior avaliação de sempre para um PR: “registar-se pela primeira vez ‘que a avaliação do PR é ainda mais negativa do que a dos restantes líderes em análise. *Diário Digital*. Retirado de http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=563101
- Donofrio, A. (2012). Berlusconi y la espectacularización de la política. In *Actas I Congreso Internacional en Comunicación Política y Estrategias de Campaña*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset – Universidad Complutense de Madrid. Retirado de <http://www.alice-comunicacionpolitica.com/abrir-ponencia.php?f=222-F4ffffa7a2221342175866-ponencia-1.pdf>
- D’ Eramo, M. (2013). El populismo y la nueva oligarquía. *The New Left Review*, 82, 7-40.
- Fairclough, N. (1992 [1989]). *Language and power*. London: Longman Group.
- Falcão, C. (2016, 22 de janeiro). Exemplo ou figura extraordinária? Portugueses bem-sucedidos descrevem o seu Presidente. *Observador*. Retirado de <http://observador.pt/especiais/exemplo-figura-extraordinaria-portugueses-bem-sucedidos-descrevem-presidente/>
- Foucault, M. (2009 [1969]). *L’archéologie du savoir*. Paris: Ed. Gallimard.
- Foucault, M. (2002 [2001, 1974-75]). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jornal de Notícias. (2014, 19 de dezembro). Cidadão “muito satisfeito” com perdão de Cavaco Silva. *Jornal de Notícias*. Retirado de http://www.jn.pt/paginainicial/nacional/interior.aspx?content_id=4305532&page=-1
- Kantorowicz, E. H. (1998 [1957]). *Os dois corpos do rei – Um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Laclau, E. (2005). *La razón populista*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Lobaczewski, A. (2012 [1984]). *Ponerologia - psicopatas no poder*. São Paulo: Ed. CEDET.
- Lomba, P. (2011). O problema da ‘intriga’ no sistema de Governo da Constituição. In N.Garoupa (Ed.), *A Constituição Revista* (pp.87-94). [eBook] Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Retirado de https://www.ffms.pt/upload/docs/a-constituicao-revista-pdf_FJw3NbZuXUyVNMctAo8ow.pdf
- López-Petit, S. (2010). *A mobilização global seguido de O Estado Guerra e outros textos*. Porto: Deriva.
- Lucena, M. de (1996). Semipresidencialismo: teoria geral e práticas portuguesas (I). *Análise Social*, 31(138-4), 831-892.
- Luckmann, T. (1987). Comments on legitimation - Sociology of Legitimation. *Current Sociology*, 35, 109-117. Retirado de <http://csi.sagepub.com>

- Meinecke, F. (1983 [1924]). *La idea de la razón de estado en la Edad Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.
- Miliband, R. (1977 [1969]). *O Estado na sociedade capitalista — Uma análise do sistema de poder no Ocidente*, 2. Lisboa: Presença.
- Novais, V. (2016, 1 de janeiro). Marques Mendes: “alguns candidatos não cumprem mínimos exigíveis”. *Observador*. Retirado de <http://observador.pt/2016/01/10/marques-mendes-alguns-candidatos-nao-cumprem-minimos-exigiveis/>
- Pereira, R. (2013). *O anticomunismo na imprensa portuguesa de referência durante o período de ‘normalização’ - 1980-2005: os casos DN, Expresso e Público*. Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27323>
- Público (2013, 6 de dezembro). Multado em 1300 euros por insultar e mandar Cavaco trabalhar- Homem condenado por difamação. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/politica/noticia/multado-em-1300-euros-por-mandar-cavaco-trabalhar-1597190>
- Público (2015, 7 de novembro). Músico Manuel João Vieira candidato a Presidente contra absurdo da política. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/politica/noticia/musico-manuel-joao-vieira-candidato-a-presidente-contra-absurdo-da-politica-1713728>
- Reboul, O. (1986 [1980]). *Lenguaje e ideología*. México: Fondo de Cultura Mexicana.
- Reis, A. (2007). O Estado. In A. Reis (Coord.), *Retrato De Portugal – Factos e Acontecimentos* (pp. 21-42). Lisboa: Instituto Camões / Círculo de Leitores/ Temas & Debates.
- Rodrigues, C. M. (2016, 23 de janeiro). Manuel João Vieira: “A política é uma coisa séria porque mexe com o que nós comemos”. *Observador*. Retirado de <http://observador.pt/2016/01/23/manuel-joao-vieira-politica-coisa-seria-mexe-nos-comemos/>
- Rosa, H. (2011). Aceleración social: consecuencias éticas y políticas de una sociedad de alta velocidad desincronizada. *Persona y Sociedad*, 25 (1), 9-49. Retirado de <http://biblioteca.uahurtado.cl/ujah/856/txtcompleto/txta131099.pdf>
- Rufin, J.C. (1995 [1994]). *A ditadura liberal – razões da consagração dos sistemas democráticos do século XX*. Lisboa: PEA.
- Sá Lopes, A. (2015, 28 de dezembro). Um clown pode ser um político?. *Jornal I*. Retirado de <http://ionline.sapo.pt/491620>
- Santana Lopes, P. (2006). *Percepções e Realidade*. Lisboa: Aletheia.

- Santana Lopes, P. (2013). *Pecado original: o choque constitucional entre Belém e São Bento*. Lisboa: D. Quixote.
- Sloterdijk, P. (2002 [2000]). *O desprezo das massas – ensaio sobre as lutas culturais na idade moderna*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Van Dijk, T. (1999). *El análisis crítico del discurso*. *Anthropos*, 186, 23-36.
- Zaffaroni, E. R. (2005). Las ‘clases peligrosas’: el fracaso de un discurso policial prepositivista. *Seqüência*, 51, 141-168.
- Zizek, S. (2012 [2010]). *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Código Penal (2014). Código Penal de 1982 - Versão Consolidada Posterior a 1995. 30ª versão – Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto. República Portuguesa. Retirado de http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=123&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=
- Mancini, P. (2011). Between commodification and lifestyle politics - Does Silvio Berlusconi provide a new model of politics for the twenty-first century? Retirado de <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/publication/between-commodification-and-lifestyle-politics>
- Márquez Rodrigues (s. d.). Etimologia de Magisterio. Retirado de <http://etimologias.dechile.net/?magisterio>
- Márquez Rodríguez, A. (2012, 23 de fevereiro). El significado de una palabra “magistrados”. [Post em blogue]. Retirado de <https://ideasdebabel.wordpress.com/2012/02/23/el-significado-de-una-palabra-magistrados-por-alexis-marquez-rodriguez/>
- RTP (2016, 19 janeiro). Debates Presidenciais. Retirado de <http://www.rtp.pt/play/p2199/e221519/debates-presidenciais-2016/479131>
- Vieira, M.J. (2015). Dia v: candidatura de Manuel João Vieira à Presidência da República Portuguesa – 2016. Retirado de <https://www.facebook.com/vieiracandidato>

Citação:

Pereira, R. (2017). Poder, teatralização e “ubuesco” nos discursos eleitorais ‘extra-sistema’ – as eleições presidenciais em Portugal, 2016. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 143-165). Braga: CECS.